

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

## VI Jornadas de Historia de la Industria y los Servicios

### O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR CATARINENSE DE 2007 A 2015

#### Estado y Empresas Públicas

Carolina Biz<sup>1</sup>

Alcides Goularti Filho<sup>2</sup>

#### Resumo

O estudo tem sua fundamentação alicerçada no conceito de desenvolvimento, Estado e planejamento, para entender como esses três pilares estão ligados e como são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado. O recorte se fez pela retomada do planejamento no Brasil, após um período jejum de planos nacionais, que vai de 1990 até o lançamento do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) em 2007, plano este que consolidou eixos de investimento como Logística, Energética e Social. Para satisfazer a fundamentação a pesquisa permeou os planos nacionais, desde o final da década de 1930 com o Estado Novo de Getúlio Vargas até 1990, onde os governos neoliberais deixaram de planejar seus investimentos, e de 2007 com a retomada do planejamento com o lançamento do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) até o ano de 2015. E, a nível estadual desde o ano de 1955 onde foi registrada a primeira experiência de planejamento no estado até o ano de 2015. Essa análise se faz necessária para entender o movimento pendular dos blocos hegemônicos que estavam no poder e como os planos catarinenses se comportavam perante os planos nacionais. O objetivo do recorte é entender como se deu o desenvolvimentismo no estado de Santa Catarina em dois mandatos diferentes, sendo que o primeiro governo (2007-2010) trabalhou apenas com intenções de campanha chamando seu plano de governo de Plano 15: a mudança continua, e o segundo governo (2011-2015) consolidou suas intenções de campanha num plano governo mais ambicioso chamado de Pacto por Santa Catarina, que dá continuidade na reeleição do governador, e se o planejamento catarinense desse período trabalhou em paralelo com o plano nacional (PAC). A metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto caracteriza-se com o método dialético, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico, da técnica documental através da análise de documentos históricos como os planos de governo, como também via *site* dos governos nacional e estadual. O estudo aponta resultados como: planejamento de governo com meio essencial para

---

<sup>1</sup>Bacharel em Economia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Especialista em Gerência Financeira (UNESC). Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC). Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - doutorado (PPGSP/UFSC). E-mail: [bizcarolbiz@gmail.com](mailto:bizcarolbiz@gmail.com)

<sup>2</sup> Coordenador/Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC). Professor do curso de Economia (UNESC). Doutor em Economia pela Unicamp. E-mail: [alcides@unescc.net](mailto:alcides@unescc.net)

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

nortear a economia, predominância no estado catarinense de um desenvolvimentismo conservador e um alinhamento do governo estadual com o federal nos dois últimos períodos.

**Palavras-chave:** Planejamento. Estado. Desenvolvimentismo Conservador.

## **Introdução**

O estado de Santa Catarina tem, atualmente, sua economia diversificada, devido seu processo de formação e mecanismos governamentais que impulsionaram o seu desenvolvimento. A fundamentação da pesquisa se dará inicialmente pela conceituação de Desenvolvimento relacionando o Planejamento e o papel do Estado na economia. Para entender como se deu o planejamento no Brasil far-se-á uma breve análise dos Planos Nacionais de Governo e os Planos que o estado catarinense. A intenção aqui é ter uma fundamentação da pesquisa para entender o período de 2007 a 2015, que no Brasil, trata-se da retomada do planejamento. Para, por fim, fazer o comparativo entre o Nacional e Estadual do período e entender como isso influenciou no desenvolvimentismo catarinense.

Ao estudar os planos estaduais, pode-se observar, diante desse movimento pendular de ideologias formadores de blocos hegemônicos, que há predominância de um conservadorismo. E, mesmo com essa formação de uma hegemonia, ora de oligarquias mais brancas ora mais esclarecidas, os planos estaduais foram de suma importância para a formação econômica do estado catarinense, assim como também, os investimentos federais. Mesmo com essa predominância, foram feitos investimentos em infraestrutura e social, de eximia importância para a consolidação do capital, assim como as estatais e os bancos de fomento. Dentro do recorte do estudo (2007-2015) pode-se afirmar que em 2010 o estado de Santa Catarina inaugurou um novo padrão de crescimento e um alargamento do processo produtivo, diferente do período anterior, caracterizado por ser desarticulado politicamente e por um Estado que pouco influenciava no comando da acumulação.

Para corroborar essa afirmação, o estudo dos planos estaduais do recorte de 2007-2015, especialmente o plano Pacto por Santa Catarina, para entender como se deu o descolamento e o engajamento do estado catarinense com o governo federal. Inicialmente o estudo vai permear o primeiro período 2007 a 2010 do Programa de Aceleração do crescimento e como o estado catarinense foi visto dentro deste plano. Em seguida analisar-se-á o segundo período de 2011 a 2014 e, por fim, o terceiro período, no caso, o ano de 2015. Esses recortes foram pensados por três mandados do governo federal, sendo que o último relatório abrange apenas o ano de 2015. O

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

plano catarinense Pacto por Santa Catarina, como foi lançado em 2011, vai abranger apenas o segundo período. Os dados foram organizados, sucintamente, em duas tabelas, uma que retrata o âmbito nacional e a outra que retrata o estadual. O primeiro período, ao qual o PAC foi lançado, Santa Catarina estava sob o plano de governo: Plano 15 a mudança continua, como o plano foi uma carta de intenções e estava deslocado do governo federal não há dados que satisfaçam essa análise mais a fundo.

Com relação a abordagem, a qualitativa que se encaixou na pesquisa. Através desta abordagem que o investigador usa a literatura com autores pré-selecionados, de maneira consistente com as suposições do aprendizado, neste contexto o estudo é teoricamente orientado (CRESWEL, 2007). A justificativa de escolha da abordagem está embasada na concepção de Poupart et. al. (2008, p. 109) onde define que “a pesquisa qualitativa pode servir de base para a implantação de novas estruturas que levem em conta a capacidade dos sujeitos de mobilizar uma diversidade de recursos de apoio e ajuda mútua”. O estudo vai se fundamentar pelo método dialético tendo como base análise de documentos históricos, como os planos nacionais de governo Nacional e Estadual, artigos relacionados e através de *sites* do governo.

## 1. Desenvolvimento

Inicialmente, para conceituar desenvolvimento, adentra-se na economia nacional, e é neste sentido que Celso Furtado (2008) explica que as economias nacionais englobam um sistema político, de centros de decisão política com grau de autonomia, e um sistema econômico, que é formado por um conjunto de atividades econômicas formando um todo e esse todo tem um certo grau de coerência. Celso Furtado (1980, p.15), descreve ainda que “o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, como referência histórica contemporânea, em dois sentidos distintos”, o primeiro ele refere-se à evolução de um sistema social de produção, onde mediante a acumulação e progresso das técnicas torna-se eficiente quando eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho e o segundo trata-se que o desenvolvimento está relacionado com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Dentro desta concepção, a ambiguidade aumenta, pois em primeiro plano pode se tratar da satisfação das necessidades humanas elementares (alimentação, vestuário, habitação), expectativa de vida da população, por exemplo, constitui um medidor da satisfação dessas necessidades elementares. À medida que se afasta desse primeiro plano, a referência do sistema de valores e a ideia de necessidade humana, quando não referida ao essencial, num determinado contexto cultural, perde a nitidez (FURTADO, 1980). Acrescenta-se que a ideia de desenvolvimento possui, então,

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

uma terceira dimensão: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades humanas e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes que competem na utilização de recursos escassos. Esta última, é concernente ao fato de que para um grupo social pode aspirar certos recursos que para outro grupo social é desperdício, o que leva a perceber o discurso ideológico de cada um. Diante disto, Furtado (1980, p. 16), relata que “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social e tampouco a formulação de política de desenvolvimento e sua implantação”. Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento está atrelado a três alicerces fundamentais: economia, social e político e que Vieira Pinto (1960, p.22) explica “devemos conceber o desenvolvimento como um processo que encontra sua definição na finalidade a que se dirige”.

Para que se concretize a natureza do processo, os responsáveis, como os homens de ação pública, homens de governo e todos que exercem, de forma manifesta e que trabalham, através da intervenção, para a promoção da evolução da comunidade, perceberão que devem, previamente, fixar metas futuras para melhorias do estado atual. Cabe ao poder público a faculdade de planejar o desenvolvimento, pois é esta entidade que está aparelhada e dispõe meios de conseguir informações e da natural potestade de comando. Diniz (2011, p.29), “portanto, o projeto de desenvolvimento só pode receber execução coerente, quando submetido a ideias de categorias reguladoras”. Cabe assinalar, conforme Vieira Pinto (1960), que o processo de desenvolvimento, não é de uma ação isolada, mas também das massas, e as massas precisam ser ouvidas para que as políticas públicas sejam formuladas e concretizadas.

Como trata-se do conceito de desenvolvimento alicerçado em decisões políticas, econômicas e sociais, faz-se necessário entender a categoria desenvolvimentismo, que permeia as políticas nacionais.

### **1.1 Desenvolvimentismo**

Para categorizar o desenvolvimentismo, adota-se aqui, então, o conceito do autor Fonseca (2013), o qual assinala que o desenvolvimentismo é uma forma de política econômica, formulada e executada, de forma deliberada, por governos tanto nacionais quanto subnacionais. É pensado para alavancar o crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, para transformar uma sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis. E, também, a superar seus problemas econômicos e sociais, dentro dos comandos institucionais do sistema capitalista vigente. Desta forma subentende-se que para pensar o desenvolvimentismo nacional é necessário respeitar o sistema econômico, para assim, poder planejar os investimentos. Conforme Carneiro (2012), o

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

desenvolvimentismo não é um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação de como se deu o desenvolvimento, especialmente brasileiro.

No caso brasileiro, ao tratar-se de desenvolvimentismo, podemos demarcar o início a partir do momento que Estado passa a pensar em formas mais avançadas de capitalismo, no sentido de industrialização, investimentos em infraestrutura e social. Inicialmente o planejamento, mesmo que tímido, tornou-se uma ferramenta para mapear as necessidades e prosseguir com os investimentos nos setores. Dependendo do bloco hegemônico que constitui o poder algumas características do desenvolvimentismo foram se metamorfoseando, mas cabe afirmar que a industrialização esteve sempre como plano de fundo. Tomando como base de análise os planos nacionais, o processo desenvolvimentista passou por características vistas como nacionalistas, onde a industrialização passou a ser pensada para a indústria nacional, e assim com a intervenção militar juntamente com o empresariado, que não perdeu sua essência como o Estado intervencionista. O pensamento cepalino, assim como descrito anteriormente, com Celso Furtado trouxe um caráter mais social a esse conceito, contudo vale lembrar que no final da década de 1980, assim como os demais países latino americanos, o Brasil foi levado ao pensamento neoliberal, que perdurou por aproximadamente duas décadas.

Com o fracasso do neoliberalismo, ao tentar promover o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais na América Latina, como um todo, e devido a emergência de novas potências econômicas, onde o sucesso esteve apoiado em políticas não liberais, serviu como um estímulo para uma mudança de paradigma, não apenas no Brasil, como também nos países latino americanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a partir dos anos 2000, após um período de hegemonia política de caráter liberal. Quando aqui se trata de um governo de caráter liberal, ressalta-se a criação de condições para entrada do capital estrangeiro, assim como, eliminação de órgãos estatais ligados ao intervencionismo, abertura do mercado aos bens manufaturados e retração da atuação do Estado. Ao tratar-se de neoliberalismo, Ibarra (2011), explica que é uma forma de política que propõe a redução do intervencionismo estatal. Na ordem nacional, o estado se finca em conseguir o funcionamento automático da economia e dos mercados, livres de toda distorção governamental, como também, de cidadãos organizados coletivamente. Com relação a questão internacional, concebe-se a globalização como o processo capaz de instaurar a ordem economicamente eficiente, além da política, como se isso fosse possível. Em síntese, pode-se se dizer que a política neoliberal exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação, como também, critica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes.

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

Após o período neoliberal, consolida-se uma nova forma de desenvolvimentismo no início dos anos 2000, que conforme Carneiro (2012), uma série de políticas como a retomada do crescimento, de distribuição de renda, fazendo ressurgir os alguns paradigmas de políticas econômicas. Existe um debate muito forte entre o social desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo, autores como Bresser Pereira discordam do pensamento social desenvolvimentismo e classifica esse novo período como Novo Desenvolvimentismo, ao qual, segundo ele é marcado por um Estado que se baseia nas ideias estruturalistas Keynesianas, mas com um conjunto de modelos econômicos políticas bem-sucedidas de países asiáticos. Esse novo sistema coloca a taxa de câmbio como centro da economia do desenvolvimento, enfatizando os preços macroeconômicos. No que se trata das políticas públicas, o Estado tem que como estratégia o desenvolvimento econômico, uma taxa de cambio competitiva, a responsabilidade fiscal e com isso um aumento da carga tributária para financiar os gastos sociais. Quanto ao ambiente político, esse “novo-desenvolvimentismo” está alicerçado a formação de um pacto ou coalizão de classes associada ao empresariado, que conforme o autor Bresser-Pereira e Theuer (2012, p.814): “esta que tem como adversários os capitalistas rentistas, inclusive os proprietários de empresas e concessões públicas monopolistas, os exportadores de *commodities* e os interesses estrangeiros”. Quanto ao planejamento, o desenvolvimentismo descrito pelo autor atribui como uma divisão da economia entre o setor competitivo e o monopolista (os setores de infraestrutura, serviços públicos, indústria de base e grande mineração) e afirma que o planejamento apenas para o setor monopolista aos primeiros, basta o acompanhamento de seu desenvolvimento.

Quanto ao social desenvolvimentismo brasileiro, segundo Bastos (2012), a relevância aponta para a distribuição de renda, de políticas sociais e redução de pobreza, como também a ampliação de mercado de consumo para as massas, que de fato, tem sua demarcação a partir de dois anos da desaceleração de 2004-5. Outros fatores foram elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito). Nesse período, o Estado teve um forte papel redistributivo, como também realizou investimentos em grandes projetos, mesmo que não ofereceram condições gerais para a acumulação de capital, mas setores como infraestrutura, educação básica e superior, saúde, ensino técnico, contribuíram para a melhoria das condições de acesso e de vida. Nesse período, o Brasil passou por um movimento de melhora econômica e social. Em virtude de políticas públicas, ações anticrise, onde partir de 2008, o país continuou seguindo favoravelmente aos seguimentos populacionais mais vulneráveis (POCHMANN, 2010). Após conceituar o desenvolvimentismo, cabe ressaltar, que o social desenvolvimentismo prevaleceu ao conceito de novo desenvolvimentismo, o estudo trará em seguida o conceito de planejamento para afirmar essa fundamentação.

## 2. Planejamento

A concepção de planejamento, surgiu na década de 1920 na União Soviética e foi no período pós Segunda Guerra Mundial que foi implementada nas democracias populares, além de Japão, França e alguns outros países da Europa. E nas décadas de 1950 e 1960, introduzido nos países “subdesenvolvidos” (MIGLIOLI, 1982). Corroborando Miglioli, os autores Odisio e Rougier (2016), explicam que a intervenção estatal, na gestão econômica, se torna forte em todo mundo a partir de 1930, contrapondo-se a crise capitalista, a União Soviética, estava imersa em um acelerado processo de crescimento orientada pelo Planos Quinquenais, onde o Estado passou a exercer um papel ampliado e reduzir as incertezas a médio e longo prazo.

Nos países capitalistas, o planejamento partiu da necessidade de atingir objetivos econômicos e sociais, aos quais, as forças de mercado e a mínima intervenção se tornaram incapazes de obter resultados desejados pela sociedade. Com a instabilidade do sistema econômico e conseqüentemente crises cíclicas de desemprego, a nova forma de desenvolvimento econômico, luta conta a miséria, a mobilização das economias para a guerra, fizeram com que se elaborassem modelos racionais de política. Nesse sentido foram adotados instrumentos para otimização de recursos e análise econômica, que procuravam prever e atuar sobre a realidade. O automatismo de mercado perdeu a crença e com o planejamento o *laissez-faire* perdeu a força nas decisões econômicas (MINDLIN, 2010).

Ao tratar-se de planejamento, sua perspectiva se volta para uma concepção de futuro (longo prazo), onde visa objetivos determinados. Implica a existência de um sujeito, como também, na escolha de caminhos ou ações alternadas, para que essas ações, para atingir o objetivo, tem que ter uma seqüência lógica e ser empreendidas de modo organizado (MIGLIOLI, 1982). Essa sistematização se faz necessária para entender o ambiente, elencar as necessidades e assim projetar os investimentos. Para isso, (LEWIS, 1960) complementa, afirmando que o planejamento exige uma administração que seja forte para pôr em vigor suas medidas propostas, acima de tudo competente, ou seja, que seu pessoal seja habilitado para compreender as grandes questões para agir com rapidez e competência e incorrupta para que não haja distinções de pessoas. Para Furtado (2011, p.29), no Plano Trienal, ele assinala a importância do planejamento, como deve se dá, e os vieses essenciais para economia:

[...]o planejamento é uma técnica de governar e administrar imprescindível às economias subdesenvolvidas. Nestas, o crescimento somente se realiza mediante modificações na

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

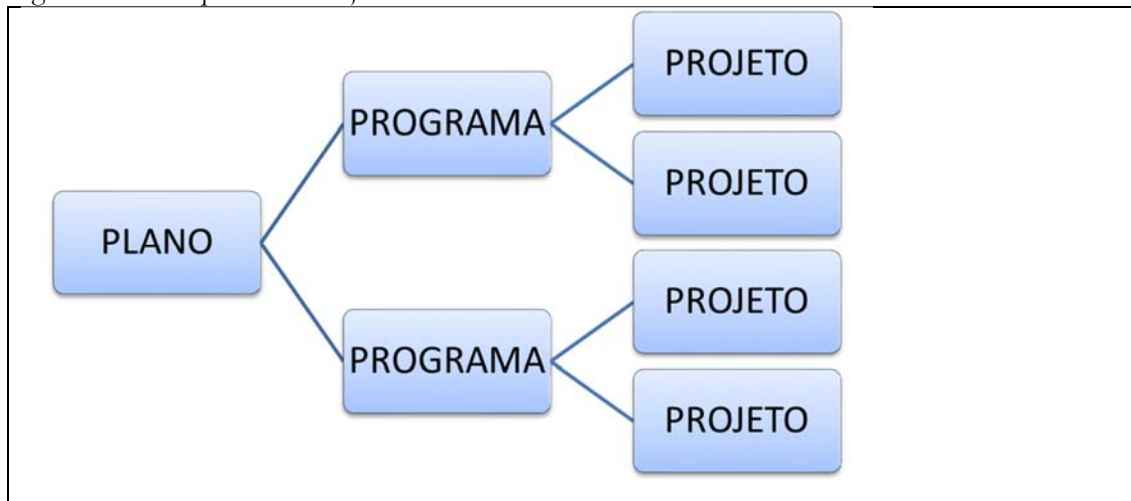
própria estrutura econômica, com investimentos intensivos do tipo infraestrutural, criação de indústrias de base, substituição de importações por produção interna etc.

Para engendrar a concepção de planejamento o governo busca através do plano pôr em prática sua política econômica. Quando medidas de orientação de uma política econômica são postas em prática, de uma forma coesa, clara, coordenada, pode-se dizer que há um programa, ou mesmo, plano. Sendo assim:

Sob a designação geral de modos de orientação da economia compreendemos tanto a política econômica como o plano e o programa econômicos. A política econômica é a forma mais geral de orientação da economia. Mesmo nos países mais liberais, ideologicamente contrários à intervenção do Estado na economia, seus governos sempre adotam uma política através da qual procuram influir no comportamento da economia. O plano e o programa são formas mais específicas de orientação, e a adoção dessas formas supõe a existência de uma política econômica (MIGLIOLI, 1982, p.10).

A figura 1. Representa a hierarquia do planejamento, para uma melhor explanação e concepção da ordem que forma:

Figura 1. Hierarquia do Planejamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Em conformidade, Ianni (1986, p.15) discute que “toda política econômica, considerada tanto em nível ideológico como prático, pode ser encarada como manifestação particularmente privilegiada das relações em Estado e a Economia”. Como também, Ianni,(1989, p.7), “é uma forma de conhecer a sociedade. Complementa o autor Lewis, (p.21, 1960):

A controvérsia do papel do Estado é tão velha quanto a sociedade humana, o mesmo acontecendo com o seu rebento, a disputa a respeito do planejamento. Não sabemos de nenhuma sociedade, em qualquer lugar, ou em qualquer época, na qual o Estado não tenha desempenhado um papel ativo na regulamentação da produção e distribuição, ou em que não tenha havido defensores de uma regulamentação maior ou menor.



Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

Desta forma, adentra-se na importância do papel do Estado com o imperioso compromisso de pensar o desenvolvimento nacional através do planejamento, de meio e longo prazo, para isso a nação, como todo, precisa se posicionar a convergência política que permita que o Estado construa estratégias para o amanhã.

### **3. Estado**

A concepção de Estado é entendida de diversas formas, alguns autores defendem uma maior intervenção, outros, sua ausência. Mas quando se trata de desenvolvimento e crescimento é impossível permitir a ideia de que o Estado não esteja presente. O Estado está alicerçado pela junção entre território, povo e nação, estruturados em bases organizacionais que são fundamentadas em um pacto social (KOTLINSKI E GIULIANIS, 2012). Quanto ao território, conforme o autor Santos (2002), o Estado exerce um papel de intermediação entre o espaço e as forças externas que atuam dentro deste espaço, no sentido que não é passivo, pois, ao acolher essas forças, ele deforma, modifica suas direções e a sua natureza. Além disso, ele aparece como um fator de elaboração do espaço e suas limitações. A ação do Estado sobre cada subespaço pode ser assimilada a intervenções a nível conjuntural.

A relação com o povo se funda com a sociedade, onde, segundo Poulantzas (2000, p.147) esse jogo se dá pela “condensação material de uma relação de forças”, no sentido em que “se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela”. Cabe salientar, ainda, que as forças sociais podem influenciar a organização do Estado e também incutir-lhe tendências que possam influenciar o jogo de forças sociais e o conjunto de toda a sociedade. O Estado não pode ser organizado se não estiver em conformidade com as tendências da sociedade, contudo pode conceder o privilégio a um viés, conforme o poder de quem os detém:

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício de repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 2000, p.26).

O que leva a entender também, que ideologias não são simplesmente um sistema de ideias, ou mesmo, representações, e sim, compreendem uma série de práticas materiais extensivos ao conjunto de práticas sociais, políticas e econômicas. A ideologia, pode se dizer, que não é algo neutro na sociedade, e existe sim a ideologia de classe, que se assinala na classe dominante. Essa

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

ideologia dominante invade os aparelhos administrativos, a qual tem a função de elaborar, pregoar e reproduzir suas intenções (POULANTZAS, 2000). As forças que predominam na sociedade tendem a refletir sua influência no poder estatal, que confere à sociedade a direção que lhe for interessante.

O Estado-nação pode-se dizer, então, que é constituído de três elementos: um território, seu povo e uma soberania. O espaço é criado pela intermediação do povo com o território, e essa relação entre o povo e seu espaço e os diversos territórios que constitui uma nação são regulados pela função da soberania. E essas ações são condicionadas pelo modo de produção dominante do sistema internacional, pelo sistema político e pelos impactos do modo de produção precedentes e do modo atual. Nesse sentido, existe uma dialética entre o macroespaço (internacional), Estado e microespaço, sendo assim o Estado também é condicionado a se adaptar às exigências que nascem das questões externas e internas (SANTOS, 2012). Tavares (1998) explica que no caso brasileiro, o Estado teve um papel fundamental na constituição do capital industrial, de uma indústria pesada de bens de produção e de empresas internacionais para a instauração de um setor dinâmico.

## **4. Uma Breve Análise Dos Planos De Governo**

### **4.1 Nível nacional**

Nesta sessão, analisar-se-á o comportamento das políticas econômicas elaboradas durante esse período e seus vieses ideológicos, a qual o autor Octávio Ianni chama de movimento pendular. Com isso pode-se afirmar que o “aparelho estatal” e sua participação nas atividades econômicas estão intimamente ligados com as flutuações do desenvolvimento econômico do Brasil. A base é o setor secundário, em supremacia do setor primário. O próprio contexto social e político do sistema passa para o Estado o papel decisivo nas oscilações da atividade estatal.

Para entender melhor, cabe ressaltar, que existem articulações que corroboram construções teóricas. Estas podem se dar por meio de partidos políticos, influências de corporações, agentes públicos e privados, movimento sociais, organizações sindicais. É por meio dessas chamadas “construções teóricas” que o governo, durante décadas, tem encontrado sustentação para pôr em prática suas epistemologias. Convém afirmar, que ao examinar as manifestações políticas de planejamento, nota-se que há períodos em que a atuação do governo tem momento que é de natureza assistencial, protetora, enquanto em outros períodos ele passa a orientar, incentivar, e acima de tudo, dinamizar as atividades produtivas. É dessa forma que o Estado responde com medidas de alcance variável, que se tornou uma presença constante em determinadas esferas da

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

“vida econômica”. Desde que o Estado passou da dominação do setor primário para o setor secundário, os instrumentos e orientações de política econômica modificaram-se (IANNI, 1989). Como também, pode-se observar, diante da caracterização dos Planos Nacionais ocorrem tendências, as políticas econômicas oscilam entre militarismo, popular, nacionalistas, liberais (IANNI, 1986). Ou seja, os períodos de governo trabalham num movimento que transparece nesses planos e no seu conjunto de interesses. Com isso, o estudo busca a estruturação para entender o desenvolvimento e o resultado desse planejamento. Para Lewis, (1960, p.21) “à medida que o pendulo oscila, os poderes do Estado aumentam ou diminuem”.

Esse conjunto de interesses está subdividido para a classificação como: Popular-Nacionalista, Liberal, Nacionalista, Militar, Neoliberal e Social-desenvolvimentista. Popular-Nacionalista, no sentido de o governo trabalhou diretrizes voltadas ao desenvolvimento para uma equidade social, como também para “o surgimento/fortalecimento do setor industrial, a expansão do setor terciário, a urbanização, os processos de divisão social do trabalho” [...] no sentido em que o governo se torna mais “explícito do universo sociocultural, político e econômico” (Ianni 1986, p.70) que se dá através da intervenção do Estado.

Abaixo no quadro 01, assim chamada de Planos Nacionais e o Retrato do Movimento Pendular, está resumidamente ilustrado para representar os principais contextos dos períodos, o movimento pendular e os planos nacionais de governo no Brasil, desde sua consecução até a atualidade, a intenção aqui, de elaboração própria baseada na análise dos planos, não é traçar uma divisão de períodos, mas sim continuidades que oscilam conforme maior ou menor intervenção estatal:

**Quadro 01.** Planos Nacionais e o Retrato do Movimento Pendular

Período	Características	Governo	Planos nacionais
1937- 1945	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definiram as bases da industrialização;</li> <li>- Estado forte e intervencionista;</li> <li>- Conselho Federal de Comércio Exterior;</li> <li>- Reformulação da dependência estrutural;</li> <li>- Estabelecimento e reformulação das leis trabalhistas;</li> </ul>	Desenvolvimentista- Popular-Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional</li> <li>Plano de Obras e Equipamentos</li> </ul>
1946-1950	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metas nacionais: saúde alimentação, transporte, energia;</li> <li>- Utilização de recursos interno e externo;</li> <li>- Governo comprometido com diretrizes liberais;</li> </ul>	Liberal	Plano SALTE

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

<b>1951-1954</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimento em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura;</li> <li>- Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);</li> <li>- Banco do Nordeste do Brasil (BNB);</li> <li>- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA);</li> <li>- Petrobrás;</li> <li>- Eletrobrás;</li> <li>- Estado criando condições para expansão e diferenciação do sistema econômico.</li> </ul>	Desenvolvimentista - Popular- Nacional	Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional, que foi aplicado em paralelo ao Plano SALTE
<b>1955-1960</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);</li> <li>- Criação de Brasília;</li> <li>- Busca de soluções audaciosas para problemas do capitalismo no país;</li> <li>- Criação da indústria de base;</li> <li>- Reformulação da interdependência do capitalismo mundial;</li> <li>- Operação Pan-America<sup>3</sup></li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional (Internacionalização)	Plano de Metas
<b>1961-1964</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doutrinário baseado na concepção da CEPAL;</li> <li>- Predomínio da visão nacionalista (ainda que se admitisse capital estrangeiro);</li> <li>- Industrialização, modernização e intervencionismo Estatal.</li> </ul>	Desenvolvimentista - Popular – Nacional	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>1964- 1984</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tripé: empresa Nacional, empresa de capital estrangeiro e um forte setor estatal;</li> <li>- Pacto militar autoritário com apoio dos empresários;</li> <li>- “Milagre econômico” (1968-1974), devido ao PIB (que chegou de 10 à 12%)</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	PAEG;  Plano Decenal;  PND I, II e III

<sup>3</sup>Teria sido uma manobra política-diplomática destinada a redefinir as relações entre o Brasil e os países da América Latina, por um lado, e por outro, entre os Estados Unidos (IANNI, 1986)

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

<p><b>1985- 1989</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Declínio do poder militar e volta da democracia;</li> <li>- Constituição de 1988;</li> <li>- Estado de Direito com ênfase nos direitos políticos e sociais;</li> <li>- Alta inflação e forte endividamento externo.</li> </ul>	<p>Desenvolvimentista – Conservador</p>	<p>IPND da Nova República</p>
<p><b>1990 – 2003</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redefinição da agenda política;</li> <li>- Estabilização econômica e reformas estruturais;</li> <li>- Plano Real</li> <li>- Privatizações e abertura comercial;</li> <li>- Estancamento da economia (baixas taxas de crescimento, desemprego, queda da produção industrial);</li> <li>- Desnacionalização da economia.</li> </ul>	<p>Neoliberal</p>	<p>Sem planos de governo Intenções de campanha</p>
<p><b>2004 – 2015</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rumos e prioridades à agenda pública;</li> <li>- Retomada do planejamento e intervenção do Estado;</li> <li>- Crescimento econômico;</li> <li>- Políticas públicas voltadas a redução da desigualdade social;</li> <li>- Alto investimento em infraestrutura.</li> </ul>	<p>Social – desenvolvimentista</p>	<p>Programa de Aceleração do Crescimento 1, 2 e 3</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Como pode-se observar, no sistema político do Brasil, o papel do Estado se torna cada vez mais relevante e suas funções se tornaram cada vez mais complexas. Com adoção do planejamento, a política econômica governamental tornou-se mais incisiva. Contudo, há períodos que o Estado exerce menos influência, isso na panorâmica dos planos nacionais de governo. Na ótica da política governamental brasileira, desde a inserção dos modelos de planificação iniciados na década de 1940, mostra uma oscilação entre tendências. Aqui, por um lado pode-se chamar de estratégia de desenvolvimentista-popular-nacional, a qual tinha seus vieses voltados a um capitalismo nacional, para o progresso econômico e social. Esse período pode ser caracterizado como 1930-1945 com o Estado Novo, é nítida a atuação do Estado para o crescimento econômico e as melhorias sociais, como também o período que engloba os anos de 1951 à 1954, onde foram criadas estatais e foi investido em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura.

No contexto dos anos de 1961-1964, o Plano Trienal que foi elaborado em 1962, elaborado por Celso Furtado, com influências cepalinas, um misto de política de estabilização e de retomada

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

de crescimento apesar de não ser executado no período, algumas políticas de melhorias elaboradas neste contexto foram executadas nos anos seguintes. Esse capitalismo nacional implicaria na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos e possuía uma hegemonia possível, assim denominada por Ianni, nas relações com a América Latina e a África.

Uma segunda estratégia seria a de desenvolvimento que configuraria os períodos de 1946-1950, 1955-1960 e de 1964, demarcando aqui por autoria própria, até os anos 2000. O pressuposto era implícito e explícito ao progresso econômico e social, e nesse processo implicava no reconhecimento de conveniências e exigências de uma interdependência das nações capitalistas, acima de tudo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Apesar de os anos de 1990 não serem demarcados por Planos Nacionais de Governo, com a entrada do neoliberalismo, fortemente marcado pelas privatizações. Com a retomada do planejamento em 2007, na verdade, as iniciais foram em 2003 com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva com seus projetos sociais, e concretizado em forma de plano Nacional em 2007 com a reunião de todos esses projetos e programas de aceleração ao crescimento inicia-se uma nova fase, porém com o pêndulo voltado ao social-desenvolvimentismo com Estratégia de desenvolvimento Nacional. Dilma Rousseff assume em 2011 e dá continuidade ao caráter social-desenvolvimentista do governo anterior e que perdurou até o seu segundo mandato em 2015 e a continuidade do planejamento com a terceira versão do PAC (2015-2018).

#### 4.2 Nível Estadual

O quadro 02, chamado de Movimento Pendular em Santa Catarina, apresenta resumidamente os principais contextos dos planos estaduais. O quadro de elaboração própria está baseado na análise dos planos em sua íntegra, o objetivo é entender como os investimentos estavam direcionados conforme cada bloco hegemônico dominante:

**Quadro 02:** Movimento pendular em Santa Catarina

Período	Características	Governo	Planos nacionais
1955-1961	- Investimento em: Estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, saúde e educação;  - A porcentagem de investimentos está distribuída em 45% para as estradas de rodagem, 35% para energia elétrica, 10% Agricultura e 10% para saúde e educação.	Liberal	Plano de Obras e Equipamentos - POE

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento 20% dos impostos sobre vendas e consignações para o prazo de 10 anos para custeio das obras;</li> <li>- Criação da SOTELCA;</li> <li>- O plano possui relatório de investimentos e obras em andamento e concluídas.</li> </ul>		
<b>1961-1965</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Plano foi resultado do Seminário Socioeconômico promovido pela FIESC<sup>4</sup> em colaboração com a CNI e CEPAL;</li> <li>- Marco do planejamento consolidado no Estado, com participação dos grandes industriais;</li> <li>- Inspirado no Plano de Metas de Juscelino;</li> <li>- Consolidação do crédito bancário a nível Nacional e Estadual para investimentos;</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional	PLAMEG I
<b>1966- 1970</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuação do plano anterior;</li> <li>- Os objetivos baseavam-se na promoção e expansão da economia e impulsionar o desenvolvimento social do Estado,</li> <li>- 62% das suas metas para expansão econômica, 17% para melhoria das condições sociais, 15% para valorização dos recursos humanos e 6% para melhorias no setor administrativo;</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	PLAMEG II;
<b>1971- 1974</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estava afinado com o Plano Nacional proposto por Médici;</li> <li>- Seguiu a mesma linha do PLAMEG I e II;</li> <li>- Propunha a integração regional;</li> <li>- Dos investimentos: 71,1% deveriam vir de fontes de terceiros e 28,9% dos recursos do tesouro;</li> <li>- Subdividido: 22,7% para agricultura, 21,9% para o desenvolvimento, expansão e modernização industrial, 21% transporte e 5,6% energia<sup>5</sup>;</li> <li>- Criação da TELESC.</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento
<b>1975 – 1978</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O plano não foi estruturado em programas;</li> <li>- Pautado basicamente em: Econômico e Social;</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	PG– Plano de Governo

<sup>4</sup>Goularti Filho (2016, p.177)

<sup>5</sup>Goularti Filho (2016, p.184)

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de recursos externos em torno de 200 milhões de dólares;</li> <li>- Criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC).</li> </ul>		
<b>1979 – 1982</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linha mais liberal;</li> <li>- Divido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento,</li> <li>- Não havia previsão de gastos</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	PA – Plano de Ação
<b>1983- 1987</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Caráter liberal;</li> <li>- Função do Estado como servir os pequenos;</li> <li>- Dividido em: administrativo, o social, econômico e de infraestrutura;</li> <li>- Sem previsão de gastos.</li> </ul>	Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário	Carta aos Catarinenses
<b>1987 – 1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dividido em político-institucional, social, econômica e infraestrutura e ambiental;</li> <li>- Descentralização do governo, no sentido democrático;</li> <li>- Recuperação das finanças;</li> <li>- Sem diretrizes orçamentárias.</li> </ul>	Neoliberal	Rumo à Nova Sociedade Catarinense
<b>1991 - 1994</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução do papel do Estado;</li> <li>- Metas: Saúde, Instrução e Moradia;</li> <li>- A base é o Pleno Emprego;</li> <li>- Com diretrizes orçamentárias divididas entre: saúde, educação, moradias populares, agricultura, indústria, turismo e cultura, infraestrutura, saneamento e segurança pública;</li> </ul>	Neoliberal	Plano SIM
<b>1994 – 1998</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O plano propõe investimento para a criação de novas oportunidades de trabalho e obtenção de renda.</li> <li>- Ações como: viabilização de novos negócios e serviços, apoio a novos empreendedores, apoio à micro e pequenas empresas;</li> <li>- Parcerias público-privada;</li> <li>- Não traz previsão de investimentos.</li> </ul>	Neoliberal	Viva Santa Catarina
<b>1999- 2002</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Focado na descentralização;</li> <li>- Governo como parceiro e não como executor;</li> <li>- Diretrizes: incluir, crescer, preservar, parceria e bom-exemplo;</li> </ul>	Neoliberal	Santa Catarina: Estado Vencedor



Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sem previsão de gastos;</li> <li>- Eixos principais: direitos humanos e cidadania, educação, saúde, trabalho e renda, agricultura, turismo, cultura e meio-ambiente segurança, habitação, infraestrutura e administração pública.</li> </ul>		
<b>2003 - 2006</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Focado na descentralização e municipalização;</li> <li>- Estrutura no desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, turístico, ambiental e cultural;</li> <li>- Envolve eixos para investimento como: geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e pesqueiro, tecnológico, urbano e habitação popular, educação, cultura, saúde, segurança, energia.</li> <li>-Sem diretrizes orçamentárias previstas.</li> </ul>	Neoliberal	Plano 15
<b>2007- 2010</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade do foco a descentralização e municipalização;</li> <li>- Desenvolvimento econômico sustentável e geração de novas oportunidades de trabalho e renda voltada as empresas;</li> <li>- No caráter social propõe políticas de inclusão social;</li> <li>- Assim como o anterior, também não possui diretrizes orçamentárias.</li> </ul>	Neoliberal	Plano15: a Mudança Continua
<b>2011 – 2014 E 2015</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foco ainda na descentralização, porém agora com as pessoas em primeiro lugar;</li> <li>- Diretrizes orçamentárias;</li> <li>- Acompanhamento nos investimentos via <i>site</i> do governo;</li> <li>- Aproximação com o Governo Nacional;</li> </ul>	Desenvolvimentista – Conservador	Pacto por Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria.

No que tange a composição hegemônica do estado catarinense, cabe ressaltar a predominância, nos planos de governo, de um conservadorismo. Como pode-se observar os anos 1955-1961, 1987 – 2010 há, em linhas gerais, a predominância do caráter liberal. Entre os anos da ditadura no país, assim como os outros estados, Santa Catarina teve seus governadores por indicação do governo nacional, e, nesse período, consta a predominância sim de um desenvolvimentismo, contudo, com caráter nacional – autoritário. O último período, demarcado pelos anos de 2011-2015, pode-se caracterizar como desenvolvimentista – conservador.

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

O que traz o caráter desenvolvimentista deste plano é que ele alinha o plano de governo do estado com o plano nacional de governo, caracterizado anteriormente, como social-desenvolvimentista. Conforme o discurso do Governador Raimundo Colombo, disposto na Agenda de Governo 2015-2018 (2014, p.2):

A partir de meados de 2012, o Governo iniciou diversas negociações para a obtenção de recursos que permitissem os investimentos necessários para atender a demanda da sociedade. Aos poucos, e por conta do bom desempenho anterior do Estado, foram realizados entendimentos com o Governo Federal que permitiram o fechamento de dois contratos com o BNDES e dois com o Banco do Brasil, além de um contrato específico para rodovias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Com esses avanços, Santa Catarina foi o único estado a reestruturar o perfil da sua dívida pública. Ao mesmo tempo, outros acordos para transferências voluntárias do Governo Federal foram viabilizados, a fim de ampliar os recursos disponíveis. A boa gestão financeira do Estado permitiu que recursos próprios fossem colocados também como contrapartidas a esses investimentos.

O Pacto por Santa Catarina, com início em 2011 e continuidade em 2015, trouxe uma aproximação com o PAC tornando-se uma extensão dele, mesmo o governo sendo de caráter conservador diferente das políticas progressistas nacionais, essa aproximação se dá possivelmente “por cima e via orçamento e crédito” (Goularti Filho 2016, p.21), retomando o desenvolvimentismo no Estado. Complementando o fato de que o estado demandava melhoria na prestação de serviços de saúde, de educação e segurança pública, além de investimentos em infraestrutura nessas áreas e em rodovias, portos, aeroportos regionais, de defesa civil, de saneamento, bem como a novos programas de proteção social (COLOMBO, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer do estudo com base no desenvolvimento, papel do Estado e o planejamento e após analisar no contexto dos planos nacionais, ficou claro como se deu o movimento pendular, que assim como um pêndulo, oscilou para governos de caráter nacionalista, militar-ditatorial, neoliberal, social-desenvolvimentista. Assim como no âmbito nacional o estado de Santa Catarina também teve seu pêndulo oscilando. A intenção foi buscar entender como os planos catarinenses entre 2007 e 2015 se comportaram perante ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o que se pode notar foi que em Santa Catarina, após a recomposição política em 2010, pode-se afirmar que o Estado inaugurou um novo padrão de crescimento e um alargamento do processo

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

produtivo, diferente do período anterior que foi caracterizado por ser desarticulado politicamente e o Estado pouco influenciava no comando da acumulação.

Essa análise do movimento pendular, comparado ao Nacional, deixa claro como os governos catarinenses se posicionavam e como isso influenciou na acumulação, processo produtivo e desenvolvimento socioeconômico do Estado e a predominância de um conservadorismo. Contudo, após encerrar a análise do estudo do movimento pendular Nacional-Estadual, presume-se que 2015 o processo de retomada de planejamento e o período social-desenvolvimentista que levou mais de uma década para se consolidar, encerrou seu período. E o país entra numa nova fase, que a princípio, volta ao caráter conservador e neoliberal da década de 1990. Quanto a Santa Catarina, ainda não se pode concluir presumidamente os próximos anos, mas com o regresso nacional do planejamento, acredita-se que o pêndulo em Santa Catarina acompanhará o Nacional, desestruturando a recomposição política do Estado.

Ao comparar o Plano 15 a mudança continua, que foi proposto para o período de governo de 2007 a 2010 com o Plano Nacional de governo - O PAC – percebe-se um distanciamento pois, como já foi descrito anteriormente, o PAC é um plano social-desenvolvimentista com enfoque na infraestrutura e políticas públicas. No período de governo de Santa Catarina que vai de 2003 a 2010 o governo de Luiz Henrique é um governo fortemente direcionado à descentralização e de caráter liberal e mantém esse viés nos seus dois mandatos.

Contudo, quanto ao Pacto por Santa Catarina, pode-se observar que na mensagem anual para a Assembleia Legislativa em 2011 o governador João Raimundo Colombo propõe um plano de governo ainda com foco na descentralização, no entanto, ele traz um modelo chamado de “Gestão Aberta”. Percebe-se, inicialmente, no seu discurso, um interesse na proximidade com o governo nacional, onde ele propõe para que: “juntos, iniciarmos um novo capítulo na pujante história de desenvolvimento social, econômico e político de nosso estado”. Coloca o planejamento de governo como ferramenta importante para desenvolvimento e crescimento do Estado.

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro P. Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 1.058 de 19 de janeiro de 1939**. Institui o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamentos da Defesa Nacional", e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1058-19-janeiro-1939-349207-publicacaooriginal-1-pe.html>. Disponível em: 2016a.

\_\_\_\_. **Plano Salte**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/>. Acesso em 22 de abril de 2016. 2016b

\_\_\_\_. **Programa de Metas**. 1958. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016c

\_\_\_\_. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. 1962. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016d

\_\_\_\_. **Programa Estratégico de Desenvolvimento**. 1967. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016e

\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1971. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016f

\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1974. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016g

\_\_\_\_. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1980. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016h

\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**. 1986. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/> . Acesso em 22 de abril de 2016. 2016i

\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2017. 2017a

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. THEUER, Daniela. **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.

CARNEIRO, Ricardo C. D. **Velhos e Novos Desenvolvimentismos**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

CARDOSO JR, José C.. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. Primeiras Jornadas de Planejamento Econômico e Social 2013, organizadas pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Nações Unidas, março de 2014.

CRESWEL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos quantitativos, qualitativos e mistos**. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007. 2ed.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito** Paper para o seminário na UFRJ. 25 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **Economia do Desenvolvimento**: Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro, Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.

\_\_\_\_\_. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2016. 3 ed.

IBARRA, David. **O Neoliberalismo na América Latina**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248 abril-junho/2011.

IANNI, Octavio, 1926- **Estado e planejamento econômico no Brasil/ Octavio Ianni- ed.-** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estado e o Capitalismo**. 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

KOTLINSKI, Ana M. B.; GIULIANIS, Alexandre K.. O novo paradigma de políticas públicas: Estado e sociedade civil, uma esfera ampliada. **Direito em ação**, Brasília, v.8 n.1, janeiro 2012. Disponível em: [portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/4935/3120](http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/4935/3120). Acesso em: 09/12/16.

LEWIS, Arthur W. **Os Princípios do Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social**. Março, 1967.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. 2 ed, São Paulo, Brasiliense, 1983.

ODISIO, Juan. ROUGIER, Marcelo (org.). **Estudios sobre Planificación y Desarrollo**. Lenguaje Claro: Buenos Aires, 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder o socialismo**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 2000.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTA CATARINA. **Plano de Obras e Equipamentos**. Florianópolis, 1955.

\_\_\_\_\_. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: 1971.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo: governar é encurtar distâncias**. Florianópolis: 1975.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação**. Florianópolis, 1979.

\_\_\_\_\_. **Carta aos Catarinenses**. Florianópolis: 1982.

\_\_\_\_\_. **Rumo a Nova Sociedade Catarinense**. Florianópolis: 1987.

\_\_\_\_\_. **Plano SIM: para viver melhor em Santa Catarina**. Florianópolis: 1990.

\_\_\_\_\_. **Viva Santa Catarina**. Florianópolis: 1994.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: estado Vencedor**. Florianópolis: 1999.

\_\_\_\_\_. **Plano 15 a Mudança Continua: Plano de Governo 2007-2010**. Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Governador Raimundo Colombo, Florianópolis:2011

\_\_\_\_\_. **Agenda de Governo 2015-2018: Descentralização Administrativa e Desconcentração do Poder Decisório**. Governador Raimundo Colombo, Florianópolis: 2014

SILVEIRA, Luiz Henrique da. **Plano 15: Plano de Governo 2003-2006**. Florianópolis, 2002

Nós autores, Carolina Biz e Alcides Goularti Filho, autorizamos a publicação deste artigo.

TAVARES, Maria C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1998

VIEIRA PINTO, Alvaro. **Ideologia e Desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual: a experiência do PLAMEG**. Editora da UFSC: Florianópolis, 19865.